

**FACULDADE PATOS DE MINAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

RENATA ALVES CAETANO

**O PROFISSIONAL APOIO E A INCLUSÃO DE ALUNOS (AS) COM
DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR- UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

**PATOS DE MINAS
2020**

RENATA ALVES CAETANO

**O PROFISSIONAL APOIO E A INCLUSÃO DE ALUNOS (AS) COM
DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR- UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

Artigo apresentado à Faculdade Patos de Minas como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia

Orientador: Prof. Neusa Esméria da Silva

**PATOS DE MINAS
2020**

RENATA ALVES CAETANO

**O PROFISSIONAL APOIO E A INCLUSÃO DE ALUNOS (AS) COM
DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR- UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ___de novembro de 2020, pela comissão examinadora constituída pelos professores:

Orientador: _____
Prof.º. Esp. Nome completo
Faculdade Patos de Minas

Examinador: _____
Prof.º. Esp. Nome completo
Faculdade Patos de Minas

Examinador: _____
Prof.ª. Esp. Nome completo
Faculdade Patos de Minas

**ESTA FOLHA DEVE SER DEVIDAMENTE PREENCHIDA, IMPRESSA
SEPARADAMENTE PELO ALUNO NO DIA DA BANCA ASSINADA PELOS
PROFESSORES PARA COLOCAR NA VERSÃO FINAL. Leve no dia da defesa,
sem amassar!**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, a minha Mãe Lessi, ao meu namorado Hugo e a minha orientadora Neusa, que me auxiliaram durante o período dos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por nunca ter me deixado desistir dos meus estudos e por estar sempre do meu lado me fortalecendo e tornando esse sonho realidade.

Agradeço a minha mãe pelo incentivo, amor e por ter ficado sempre do meu lado, me apoiando e me ajudando nos momentos difíceis.

Agradeço a meu namorado por estar sempre do meu lado, pelo carinho, amor e compreensão e por ter me mostrado através da sua fé que por mais difíceis que as coisas sejam com Deus tudo é possível.

Agradeço a minhas colegas de classe por todos os momentos incríveis que passamos juntas e pela nossa união que sempre nos ajudou a enfrentar os desafios. Agradeço especialmente a minha colega Larissa que sempre esteve do meu lado em todos os momentos bons e ruins com todo amor e carinho, se tornando uma grande amiga.

Agradeço a minha orientadora Neusa pelo carinho e suporte em todos os momentos que precisei.

Agradeço a universidade, aos professores, direção e administração pela oportunidade e pelos ensinamentos que hoje me proporcionaram a tão esperada formação.

E por fim agradeço a todos que de forma direta ou indireta fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...

Rubem Alves

O PROFISSIONAL APOIO E A INCLUSÃO DE ALUNOS(AS) COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR- UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Autor: Renata Alves Caetano *

Orientador: Neusa Esméria da Silva **

RESUMO

Ao longo das últimas décadas inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais e com deficiência na rede regular de ensino tem se configurado como um direito, e ao mesmo tempo como um desafio no campo educacional. Nesse cenário, destacam-se algumas ações das políticas públicas que objetivam ampliar a inclusão educacional, a exemplo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a inserção do Profissional Apoio nas escolas e nas salas de aula. Sob essa perspectiva este trabalho apresenta um relato pessoal em um estágio remunerado, onde foi desempenhada a função de estagiária apoio no acompanhamento de uma criança deficiente física (cadeirante), ocorrido durante o ano de 2019, em uma escola da rede pública de um município do interior de Minas Gerais. O propósito é favorecer a reflexão sobre o papel, contribuição e importância do profissional apoio no processo de inclusão e aprendizagem e do aluno com deficiência na escola regular. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Como referência legal tivemos a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996(LDBEN 9.394/1996), a Declaração de Salamanca, 1994 e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, (*Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*). As reflexões sinalizaram que embora seja legalmente garantida a função e o profissional apoio tenha reconhecida a sua importância bem como a sua presença seja considerada importante para a inclusão dos alunos (as) com deficiência na escola regular, ainda falta clareza por parte dos sistemas de ensino, quanto à definição de seu papel e suas atribuições nas instituições escolares.

Palavras Chave: Deficiência, Inclusão, Profissional Apoio.

Renata Alves Caetano aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade Patos de Minas (FPM) formando no ano de 2020 - email do aluno renata.11217@alunofpm.com.br

Neusa Esméria da Silva professora no curso de Pedagogia da Faculdade Patos de Minas. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - email do professor neusa.fonseca@faculdadepatosdeminas.edu.br

ABSTRACT

Over the past decades, the inclusion of children with special educational needs and even with disabilities in the regular school system has become a constitutional right and at the same time as a challenge in the educational field. In this scenario, some public policy actions that aim to expand educational inclusion, such as Educational Assistance, stand out. From this perspective, this work presents a personal report in a paid internship, where the support trainee role was performed in the accompaniment of a physically disabled child (wheelchair user), which occurred during 2019, in a public school in a municipality in interior of Minas Gerais.

It consists of an experience report, the methodology used can be defined as a combined research, as we will relate the bibliographic review with descriptive type of research. As a legal reference we will rely on the Federal Constitution of 1988, the Law of Guidelines and Bases of National Education of 1996 (LDBEN 9.394/1996), the Declaration of Salamanca, 1994 and Law No. 13.146 of July 6, 2015 (Brazilian Law of Inclusion of the Person with Disability). In its final phase, the research points out that despite the fact that the Professional Support is legally guaranteed, there is still a lack of clarity on behalf of the education systems regarding its role and attributions, although its importance is recognized and considered important for the inclusion of students with disabilities in regular school.

Keywords: Disabilities, Inclusion, Professional Support.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta-se como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito parcial para obtenção do título de Pedagogo – Licenciatura, pela Faculdade Patos de Minas-FPM.

Por meio de experiências anteriores, o tema Profissional Apoio permitiu desafios e aprendizado na atuação como profissional apoio realizado em uma escola da rede pública de uma escola mineira. Dessa forma o objetivo foi de refletir sobre o papel e a importância do profissional apoio na inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, apontar a importância do profissional apoio para o desenvolvimento das crianças em processo de inclusão e discutir como a legislação impacta no desempenho da função do profissional apoio.

O trabalho consiste em um relato de experiência, que teve como metodologia a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Como referência legal tivemos a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996(LDBEN 9.394/1996), a Declaração de Salamanca, 1994 e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, (*Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*). Como suporte para o relato foi utilizado o Caderno de Registro com as respectivas análises pertinentes ao trabalho desenvolvido em sala.

Os estudos sinalizaram que, embora sua importância seja reconhecida e considerada importante para a inclusão dos alunos (as) com deficiência na escola regular e o profissional apoio esteja garantido legalmente, ainda falta clareza por parte dos sistemas de ensino, quanto ao seu papel e atribuições. Espera-se que o compartilhamento das experiências vivenciadas possam trazer à tona reflexões, discussões e estudos sobre o profissional apoio, seu papel e importância no processo de inclusão de crianças com deficiência.

Desde a proposição da educação inclusiva, documentos orientadores para a educação inclusiva, foram criados, dentre estes a criação e a inserção do profissional apoio, pela lei 13.146/2015. Por ser ainda um fato recente na legislação a aplicação prática ainda tem gerado muitas dúvidas para os sistemas educacionais e para os próprios profissionais apoio. Daí a necessidade e a importância de estudos e pesquisas sobre o tema, somado as experiências vivenciadas com uma criança com deficiência física que permitiu compreender e vivenciar o papel do profissional apoio.

Para consecução de nosso objetivo, os aspectos que tecem nosso estudo, são os seguintes: Qual a importância do profissional apoio na inclusão de alunos com deficiência no ensino regular? O profissional apoio contribui para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular? Esse profissional tem em seu desempenho, atribuições definidas?

Para alcançar os objetivos pretendidos, este trabalho foi organizado, primeiramente, com a realização de uma revisão bibliográfica que traz um pouco da história das pessoas com deficiência no contexto geral e no Brasil; o segundo momento o foco voltou-se para a legislação sobre a questão da deficiência; o terceiro momento consta da contextualização do profissional apoio e em seguida o relato de uma experiência vivenciada como profissional apoio com registros de algumas atividades desenvolvidas com a criança acompanhada que nesse trabalho, por questões éticas, será chamada de Pedro.

Deste modo, esse trabalho pretende refletir sobre o papel e a importância do profissional apoio na inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, buscando integrar a minha experiência com o dito da Lei. Para tanto a metodologia utilizada consiste em um relato de experiência, com base na pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico.

1 – A DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO GERAL: BREVE HISTÓRICO

Para abordar o tema da deficiência e falar de alunos com deficiência faz-se necessário ainda que brevemente conhecer um pouco da trajetória da deficiência ao longo da história. Conhecer esses aspectos nos ajudará a compreendermos melhor, os deficientes, sua história, lutas, conquistas e desafios.

Para Pessotti, 1984, a história registrou diferentes formas de se olhar a pessoa com deficiência, ao longo do tempo; misticismo, extermínio, abandono, assistencialismo, exclusão, integração e, porque não dizer atualmente, o processo de inclusão.

A relação entre a sociedade e a deficiência na antiguidade não era registrada, Aranha (2001), pontua que existem poucas informações sobre o tipo de tratamento dado às pessoas com deficiência na Idade Antiga e na Idade Média, e que a maior parte das informações a sobre o tema estão registradas em escritos da literatura

greco-romana e na Bíblia. Existem relatos de que crianças eram abandonadas, deixadas em cestos perto das igrejas ou até mesmo jogadas fora pelos próprios pais quando era constatado que tinham alguma deficiência.

Com o advento do cristianismo no império romano, pressupôs-se que todos os seres humanos eram dotados de alma, logo os deficientes passaram ser vistos como possuidores de alma, o que não interferiu significativamente no tratamento dado aos mesmos. Durante a Idade Média não aconteceu modificações de ordem social e econômica, a não a ascensão da igreja e do clero, redundando na Inquisição Católica e da Reforma Protestante. Nesse período os doentes e os deficientes tidos como diferentes foram chamados de endemoniados, e assim, caçados e exterminados pela inquisição católica (ARANHA, 2001).

No início do século XVI, o mercantilismo e a revolução burguesa modificaram o sistema produtivo. No que diz respeito à questão da deficiência, apesar de nesse contexto, ser considerada sob a perspectiva médica como resultante de problemas naturais próprios do indivíduo, sob o ponto de vista econômico o deficiente era tido como improdutivo, e como doente precisava de tratamento.

Segundo, Garghetti, Medeiros e Nuernberg, (2013), no século XVII, o modo de produção capitalista e a consolidação da burguesia no poder, deslocaram para a família toda responsabilidade sobre o deficiente, pois como não era produtivo, não era economicamente viável para o Estado investir nesses indivíduos, restando-lhes como opção o asilo e os hospitais para tratamento. No campo educacional, o Estado passou a oferecer educação com propósitos de “preparar” a mão de obra para o sistema.

Nesse viés nem mesmo no século XVIII, com o ideal renascentista a visão sobre a deficiência foi modificada. A relação sociedade/ deficiência começou a mudar a partir do século XIX. Surgiram na Europa instituições voltadas para o atendimento e assistência aos deficientes (...) paralelamente ao desenvolvimento da ortopedia, que defendia a ideia de que os deficientes deveriam receber além de cuidados médicos serviços que lhes possibilitassem uma condição de vida com dignidade, Nesse período há indícios de assunção da responsabilidade do poder público frente às necessidades dos deficientes, ensaiando uma abordagem educacional, que passou a levar em conta as possibilidades e potencialidades da pessoa com deficiência.

No início do século XX o tema da deficiência ganhou espaço sob a ótica da assistência e da aceitação. No entanto a primeira guerra mundial, 1914, interrompeu esse processo. Não bastasse os prejuízos causados por esse conflito, soldados mutilados, doentes, poucas décadas à frente um novo conflito; a segunda grande guerra, iria novamente abalar a humanidade.

Foi trazendo um período bastante conturbado na história dos deficientes causado pelo regime totalitarista da Alemanha. Com o final da segunda guerra mundial, fatos como a criação das Nações Unidas - ONU, a implementação do estado de bem estar social nos países europeus, trouxeram à tona a preocupação com a assistência à população de modo geral, incluindo as pessoas com deficiência.

Nessa linha de proteção dos direitos e da dignidade da vida humana, foi publicada em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, traz no artigo 25 referência à pessoa com deficiência:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. Artigo 25- Declaração Universal dos Direitos Humanos (BRASIL, 1948).

Essa publicação impulsionou a criação e a elaboração de propostas para os deficientes e em 1975 foi aprovada pela Organização das Nações Unidas- ONU, a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. Em 1981 foi instituído como o *Ano Internacional das Pessoas Deficientes*, e aproximadamente uma década depois em 1992 foi instituído o dia 03 de dezembro como o *Dia do Deficiente*. Apesar da visibilidade adquirida pelo tema da deficiência, a nível mundial a exclusão das pessoas com deficiência continuou e ainda persiste.

2 – A DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A história das pessoas com deficiência no Brasil, assim como nas demais civilizações também passou pelas fases de eliminação, abandono e exclusão. A

chegada dos portugueses (1500) no território brasileiro evidenciou aspectos da cultura dos povos indígenas que já habitavam o lugar.

Segundo Figueira (2008) existem relatos históricos de costumes e práticas que ilustram o abandono e até mesmo infanticídio de crianças que nasciam com deficiência física ou sensorial. Eram realizados rituais ou daquelas que viessem a adquirir algum tipo de limitação. O ato era praticado em rituais de sacrifício que tinham como fim manter as tradições e até mesmo proteger as tribos de castigos e maus espíritos. Vale ressaltar que essas práticas não eram exclusivas das tribos brasileiras, eram comuns entre os povos indígenas.

Ainda conforme Figueira, (2008), a questão da deficiência entre os negros africanos escravizados no Brasil, em grande parte era provocada por maus tratos com resquícios de crueldade e violência; maus tratos esse impostos pelos proprietários, com a permissão e anuência do rei de Portugal e do clero. Essa situação originou um grande contingente da população negra com deficiência, essas práticas perduraram até o século XIX. Ainda no século XIX, aconteceram no Brasil muitos conflitos regionais, que se transformaram em batalhas, que deixavam um rastro de destruição, mortes provocando mutilações que resultavam em deficiências de natureza diversas, inclusive físicas.

Como forma de amenizar a situação gerada por esses conflitos foram criadas instituições para o acolhimento de deficientes, inicialmente destinadas aos pobres e desassistidos social e financeiramente. Algumas dessas instituições evoluíram e transformaram-se em instituições educacionais a exemplo do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1958 (atual Instituto Benjamim Constant) e o Instituto dos Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos).

Segundo Pereira e Saraiva (2017) o século XX houve uma aproximação entre deficiência e medicina que resultou na criação dos hospitais-escolas, como o Hospital das Clínicas de São Paulo, 1944, durante o governo de Getúlio Vargas, significou um novo marco na produção de novos estudos e pesquisas no campo da reabilitação. Dessa forma, o conceito prevaiente era o de que a deficiência era doença, e devia ser tratada fora do convívio social, por meio da reabilitação ou da cura em instituições como as Santas Casas de Saúde e Misericórdia:

[...] a deficiência deixa de ser responsabilidade exclusiva da família e das instituições de caráter filantrópico, para passar a ser uma

preocupação também do Estado, que assume essa responsabilidade não como uma política pública, mas apenas apoiando as instituições beneficentes sem fins lucrativos, adotando um modelo assistencialista (PEREIRA; SARAIVA, 2017, p.180).

Assim, a deficiência saiu da esfera familiar e da filantropia e entrou no rol das políticas públicas. Essa concepção assistencialista e com enfoque médico perdurou por muitos anos e ainda hoje é possível perceber marcas dessa concepção, tanto na educação quanto no atendimento ao deficiente.

Ressalta-se que a percepção de que os deficientes poderiam ocupar espaços comuns à sociedade foi sendo aos poucos incorporada à legislação e pela primeira vez o termo “educação especial”, apareceu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

3 – DEFICIÊNCIA E LEGISLAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

A década de 1960 marcou o início das discussões sobre a integração das pessoas deficientes, na área educacional. Propostas de educação inclusiva foram implantadas nas escolas marcando as chamadas “classes especiais”.

Embora considerada como um avanço, essa situação não trouxe ganhos efetivos para os alunos tidos como deficientes, pois apenas os alunos que conseguiam acompanhar as atividades pedagógicas avançavam os alunos deficientes, ficavam à margem do processo, ou seja, as classes especiais continuavam excluindo os deficientes.

Apesar de não promoverem o avanço na inclusão essa situação serviu para acender o debate sobre a cidadania e os direitos das pessoas com deficiência e principalmente ao convívio com os demais. Nesse contexto a deficiência começa a fazer parte das pautas das políticas públicas. No Brasil esse processo inicia-se com a Constituição Federal de 1988, culminando com a Lei 13.146/2015 que diz:

Com vistas à inclusão social e à cidadania plena e efetiva dos deficientes, no ano de 2015, o Brasil instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que entrou em vigor em janeiro de 2016. A Lei garante, entre outras coisas, condições de acesso à

educação e à saúde e estabelece punições para atitudes discriminatórias contra essa parcela da população. (GAUDENZI; ORTEGA, 2016, p. 3062).

Mesmo com os avanços na legislação os alunos deficientes não conseguiram a inclusão de imediato. Pois por não acompanharem o ritmo dos alunos “normais”, pois as maiorias dos alunos com deficiência foram, e muitas vezes ainda são deixados de lado, por serem considerados atrasados em relação aos demais. Fato, esse que pode ser configurado como uma exclusão.

Essas situações de comparação e exclusão a que as pessoas deficientes foram submetidas, fez com grupos favoráveis à inclusão e à igualdade de direitos se mobilizassem para que os deficientes tivessem convivência comas demais pessoas e que também fossem incluídos nas políticas públicas de inclusão.

3.1 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Foi com a Constituição Federal de 1988 que a educação ganhou consistência no tocante aos direitos sociais, sendo tratada como “direito fundamental do homem”(art.6º CF.1988). O artigo 205, define a educação como um direito de todos, direito social , direito subjetivo que garante a educação a para todos e ao mesmo tempo a cada um. E quando inclui todos, estão incluídos também os portadores de deficiência. Nessa direção o artigo 208, ao explicitar as condições de oferecimento da educação, ratifica o direito à educação. Destaque para o inciso III que destaca a questão das deficiências onde o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos a que a ela não tiveram acesso na idade própria; (E.C. 59/2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - IV- educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. (E.C. 53/2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (E.C. 59/2009), (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Portanto, esse artigo deixa claro o dever do Estado em oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

3.2 – DECLARAÇÃO DE SALAMANCA DE 1994

A declaração de Salamanca aconteceu em 1994 na Espanha em parceria com a UNESCO durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. A declaração de Salamanca foi um marco na questão da inclusão ao defender a permanência de crianças com deficiência na escola regular, a educação inclusiva. Com princípios, orientações políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais abriu espaço para uma nova visão de educação para pessoas com deficiência:

[...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (Declaração de Salamanca, 1994, p 02).

3.3 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL -LDBEN- 9394/1996

A LDBEN 9394/1996, tem um capítulo para tratar da educação especial. E em seu início, artigo 4º, inciso III, nos diz que:

“atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Reafirma o preceito constitucional do artigo 208 especificando quem deve receber o atendimento educacional especializado. O capítulo V da LDBEN 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial, onde:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (LDBEN 9.394/96).

O artigo 58 dá ao portador de necessidades especiais (deficiência) um apoio que até então não foi oferecido e prevê que as escolas deverão se organizar para esse atendimento.

O artigo 59 referenda os direitos apresentados no artigo anterior. Assim a LDBEN, além da gratuidade e do acesso prevê também o atendimento educacional especializado.

3.4 – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA –(Pneepi)-2008-

O documento, embora datado do ano de 2008, pode ser considerado como resultado de reivindicações em favor da inclusão, que abarcam períodos anteriores. Pode ser definido como um documento orientador, que reúne normatizações sobre a questão da inclusão escolar. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.

Para isso orienta os sistemas de ensino na para promoção de ações para garantir a educação especial. Prevê recursos para a formação de professores e profissionais da área para o atendimento educacional especializado, para adequação para a acessibilidade mobilidade e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação.

3.5 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE-2014-LEI-13005)

O PNE-2014/2024 define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. O documento estabelece 20 metas para a educação que devem ser cumpridas em 10 anos. O Plano Nacional de Educação foi criado para planejar esforços e investimentos que auxiliasse a melhoria da qualidade da educação do nosso país.

O plano estabeleceu 20 metas que deveriam ser cumpridas em 10 anos. A educação inclusiva também foi contemplada no plano e ganhou perspectivas de mudanças que poderão contribuir par a efetivação da inclusão dos alunos com deficiência na escola regular.

3.6 – LEI 13.146/2015- LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - .

O projeto da Lei Brasileira de Inclusão (Lei no 13.146/15) ficou 15 anos em tramitação. Durante sua elaboração o projeto foi disponibilizado de forma a contemplar toda a diversidade humana, sendo publicado em uma plataforma acessível para que pessoas com deficiência visual, com autonomia, pudessem sugerir modificações, além da disponibilização na Língua Brasileira de Sinais. De acordo com o artigo 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) considera:

“pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

4 – O PROFISSIONAL APOIO

Podemos dizer que na questão tanto a educação inclusiva, quanto os profissionais que dela fazem parte, são fatos novos no cenário educacional brasileiro. Nesse contexto se insere a presença do profissional apoio. A temática ocupa pouco espaço nos estudos e publicações científicas, daí a necessidade de estudos sobre o profissional apoio e sua importância.

Os marcos históricos do deficiente e sua educação se entremearam na legislação brasileira. Educação especial, educação inclusiva, são termos que passaram a fazer parte do cotidiano educacional originando adequações nos sistemas e principalmente a inclusão.

A LDBEN traz a educação especial como uma modalidade que atravessa todos os segmentos educacionais. O documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Pnepei Mec-2008), corrobora com os documentos anteriores trazendo um olhar diferenciado para organização da educação especial na escola comum.

Foi a partir desse documento que se originou o atendimento educacional especializado -AEE- trabalho a ser desenvolvido na sala de recursos multifuncionais

e o profissional determinado previamente para esse trabalho, o professor apoio. E ainda podemos dizer que o termo “profissional de apoio” pode ter se originado nesse documento. Quanto às especificações da função o professor apoio tem na sala de recursos multifuncionais no atendimento educacional especializado, A.E.E) um papel definido, funções claramente determinadas. O mesmo não acontece com o profissional apoio, que embora previsto na Lei Brasileira de Inclusão-(LBI-13.146/2015), ainda encontra dificuldades e indefinições no desempenho de suas atividades, restando para este, contratos e seleções de estágio remunerado.

No contexto da inclusão social e educacional, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI — Lei 13.146/2015) no artigo 3º, incisos XII a XIV, define três profissionais para o atendimento ao estudante com deficiência: o atendente pessoal, o acompanhante e o profissional de apoio escolar, a saber:

XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência,

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

A referida lei define que o profissional apoio, função em ligação direta com o trabalho escolar, deve envolver-se nas atividades necessárias perpassando as etapas educacionais desde a educação infantil; podendo inclusive auxiliar o aluno durante a higienização, alimentação e sua locomoção.

Não é exigido, para desempenhar a função de profissional, a formação em curso superior e/ou especialização. O profissional de apoio pode atender até três alunos da mesma sala, tendo como função promover a acessibilidade do aluno com deficiência, de modo a inseri-lo nas atividades de sala.

A seleção e contratação desse profissional ficam a cargo dos sistemas de ensino, ou seja, recaem sobre as instituições de ensino. Como não há uma determinação clara das funções desse profissional, o que se vê na prática é uma

multiplicidade de funções, e uma variedade de perfis profissionais. A exemplo do dito anteriormente existem sistemas que optam por contratar estudantes do ensino superior, com preferência pelos do curso de pedagogia e áreas afins, caso específico desse relato. Desse modo percebe-se que a função do profissional apoio fica condicionada às expectativas da instituição, no caso equipe pedagógica e da família.

Nessa vertente o desempenho desse profissional dependerá de fatores subjetivos como empatia, capacidade de argumentação e convencimento, sensibilidade paciência e força de vontade. Ressalta-se que esses fatores/qualidades são importantes para o desempenho de quaisquer funções na área da educação, o que se quer ressaltar nesse caso é a importância e a necessidade de clareza de funções.

O que se pretende nesse espaço é apontar a necessidade de os sistemas educacionais se atentarem para o profissional apoio. A presença do profissional apoio nas instituições que atendem crianças com deficiência, tem aumentado muito nos últimos anos. Seja nos corpos dos estagiários, monitores e/termos afins, o fato é que esse profissional trabalha pela inclusão em conjunto com o professor.

Tenório, Brito e Souza, (2019) afirmam que:

A presença do profissional de apoio no ambiente escolar brasileiro é um fato recente; acredita-se que, por esse motivo, ao buscar na literatura pesquisas que abordassem essa temática, nos deparamos com um número reduzido de publicações científicas referentes ao desenvolvimento do trabalho desse profissional (TENÓRIO; BRITO; SOUZA, 2019, p. 7).

Por ainda ser uma situação considerada recente e que demanda estudos e discussões e ao mesmo tempo é importante considerar que a situação existe, o profissional apoio atua e crianças com deficiência são atendidas por esse profissional que as auxilia em suas atividades básicas do cotidiano escolar, possibilitando desenvolvimento de suas competências, cognitivas, físicas e emocionais.

5 – O RELATO DE EXPERIÊNCIA

Relato pode ser definido como descrição, fazer um relatório, contar uma história (dicionário Aurélio-2010). Relatar um trabalho, uma experiência, é contar uma história dando sentido próprio.

No começo de 2019 ocorreu um processo seletivo concorrendo a vagas para se trabalhar como estagiaria em escolas municipais. A partir da minha colocação fui designada a trabalhar com uma criança de 06 anos do sexo masculino portador de deficiência física (cadeirante). Como todo começo em uma nova função, essa não se mostrou diferente e assim trazendo dificuldades no começo, pois, não sabia direito em quais fatores poderia contribuir. A opinião da mãe do aluno e da direção da escola era muito divergente, pois, a mãe acreditavam que seu filho necessitava da minha ajuda em diversos aspectos e já a direção da escola visava à importância desse aluno começar a ser independente.

O primeiro mês foi um período de adaptação com o aluno, com os outros alunos da sala e também com a professora da turma. Ficou perceptivo que além do aluno assistido ser cadeirante, havia na turma varias outras crianças que tinham dificuldades de aprendizagem. Assim o acompanhamento passou a ser com todas as crianças, no intuito de auxiliar a professora responsável.

Em relação ao aluno assistido as dificuldades deles eram muitas, a saber, não ter coordenação motora para colar, recortar, colorir e até mesmo para escrever. Com isso buscamos acompanhar ele nesse desenvolvimento durante todo ano letivo.

Tais situações permitem nos transformar em incompetente, pois, quanto mais insistíamos no trabalho educacional com aluno assistido, parecia não conseguir alcançar os objetivos propostos. Ficou notória a falta de uma relação mais firme, sem sentimento de incapacidade creditada ao aluno assistido e também aos demais alunos especiais da turma.

As atitudes mais firmes com aluno assistido foram começando a trazer resultados, pois sabia de sua capacidade para alcançar os mesmos resultados que o restante da turma. E em cada objetivo alcançado, um parecer técnico com responsável educacional era consultado para comprovar o trabalho realizado e resultado obtido.

Além do desenvolvimento no aprendizado o aluno assistido foi orientado no que tange o seu desenvolvimento como pessoa como: lavar as mãos antes das refeições, abrir sua própria lancheira, comer sozinho, locomover até a sua própria cadeira e também sua higienização pessoal.

Nesse desenvolvimento assistido, era notória, em algumas vezes, a falta de interesse do aluno, a necessidade de receber tudo pronto em suas mãos sem nenhum esforço realizado, a falta de compromisso e apoio da mãe nas atividades escolares do aluno assistido. Em relação ao aprendizado o grande desafio foi o ensino da letra cursiva, devido às suas dificuldades de escrita em linhas do próprio caderno.

O tempo foi mostrando que um bom trabalho desenvolvido é fatídico de resultados positivos e com isso notório o crescimento do aluno assistido em seu desenvolvimento escolar dentro de suas limitações. Todo trabalho realizado de forma correta permite-nos concluir que todo educador tem o papel importante no desenvolvimento dos seus alunos, trazendo o sentimento de dever cumprido naquilo que foi proposto para a educação especial.

5.1 – OS REGISTROS DIÁRIOS: O PROFISSIONAL APOIO NAS ATIVIDADES EM SALA DE AULA.

.

Data: 11/02/2019

Objetivos:

- Lembrar as palavras mágicas;
- Lembrar os números;
- Lembrar as letras do alfabeto;
- Lembrar as cores;
- Estimular a escrita;
- Raciocínio.

Desenvolvimento:

Durante o primeiro momento da rotina o Pedro estava um pouco disperso, portanto ele não participou muito. Quando fomos assistir a história “ O mostro das cores” ele se mostrou mais interessado e ficou atento, no entanto, quando a professora pediu para ele reproduzir a história ele não conseguiu.

Observação:

Durante a realização das atividades ele conseguiu se desenvolver bem dentro do seu tempo. Ele precisa ser estimulado o tempo todo pois, qualquer coisa tira a sua atenção.

Data: 15/03/2019

Objetivos:

- Identificar vogais;
- Escrita e leitura das junções vocálicas.

Desenvolvimento:

No primeiro momento fiquei do lado do Pedro vendo como ele estava se desenvolvendo fazendo a avaliação semanal e colorindo. Durante o recreio ele estava cansado e não quis descer da cadeira no refeitório.

Ao voltar do recreio a professora leu um poema e pediu para os alunos circularem no texto todas as vogais e o Pedro conseguiu encontrar só 3, pois estava disperso. Durante a escrita das junções vocálicas no caderno ele ficou atrasado em relação aos colegas pois pediu para ir no banheiro duas vezes.

Observação:

O Pedro estava muito disperso e demorou muito para escrever as atividades.

Data: 20/05/2019

Objetivos:

- Ensinar a ter higiene com os alimentos;
- Introduzir os sinais = e diferente;
- Ensinar sobre a importância da escola.

Desenvolvimento:

No primeiro momento a professora fez o calendário e o quanto somos, depois fizemos uma roda e ela falou sobre o aniversário da escola e sobre o quanto ela é importante.

Depois os alunos fizeram algumas atividades no livro de português sobre a letra D. Educação física e recreio.

Ao voltarmos do recreio a professora falou sobre os alimentos saudáveis e os que não são saudáveis e explicou as crianças como devemos higienizar os alimentos antes de consumirmos.

As 10: 00 fomos para o refeitório assistir à apresentação do 5º ano sobre o aniversário da escola. Ao voltarmos para sala a professora ensinou sobre os sinais de = e diferente e em seguida deu uma atividade para os alunos fazerem junto com ela.

Observação:

Durante a rodinha para ouvir a história da escola o Pedro não quis sentar no chão, então sentei e coloquei ele no meu colo para que ele ficasse como os colegas. Na educação física ele quis descer da cadeira e brincamos de bola. Ao voltarmos do recreio ele estava um pouco cansado e perguntou várias vezes se já estava na hora de irmos embora.

Data: 20/08/2019

Objetivos:

- Trabalhar a letra P com carimbos;
- Continuar trabalhando os órgãos dos sentidos;
- Trabalhar ordem crescente e decrescente.

Desenvolvimento:

No primeiro momento fizemos a oração, o quanto somos e a aula de português. Em seguida fomos para educação física e para o recreio. Ao voltarmos do recreio a professora falou sobre os órgãos do sentido e fez uma experimentação com os alunos. Em seguida registraram no caderno.

Para finalizar os alunos fizeram junto com a professora algumas páginas do livro para trabalharem a ordem crescente e decrescente.

Observação:

O Pedro ficou mais de 20 minutos na sala durante a educação física, pois, na aula de português ele ficou enrolando e não copiou a matéria toda. No final da aula de educação física ele ficou muito feliz, pois brincamos de pato ganso.

Durante a aula de matemática observei que ele não conseguiu aprender muito bem sobre a ordem crescente e decrescente, pois ele não prestou atenção na aula que a professora explicou.

Data:06/11/2019

Objetivos:

- Fixação das junções de vogais;
- Trabalhar adição e subtração;
- Trabalhar o olfato;
- Quebra cabeça.

Desenvolvimento:

No primeiro momento os alunos fizeram a avaliação semanal de português e depois eles fizeram algumas atividades sobre as junções vocálicas e registraram no caderno. Depois os alunos coloriram, recortaram e montaram o quebra cabeça de um sapo.

Recreio.

No segundo momento os alunos a professora fizeram com os alunos a aula de ciência, ela levou algumas coisas e vendou o olhou de alguns alunos e pediu a eles para dizer de que era o cheiro. Depois os alunos fizeram atividades em dupla sobre a adição e subtração.

Observação:

Durante a realização da prova tive que ficar perto do Pedro chamando a atenção dele, pois, ele estava fazendo de qualquer jeito. Durante a atividade do quebra cabeça tive que ajuda-lo a recortar pois, ele tem muita dificuldade de usar a tesoura. No recreio brincamos com os coleguinhas da sala de pega-pega(eu correndo junto com os alunos empurrando a cadeira dele). Durante a aula de ciências ele foi um dos alunos para sentir os cheiros e acertou que era pipoca, ele ficou muito feliz.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a sociedade e a escola cumpram a proposta de inclusão no ensino regular, todos os alunos, independente de suas condições físicas, sociais, linguísticas e/ou culturais, muitas mudanças são necessárias. Mudanças na estrutura física, pedagógica e legal. Aconteceram muitos avanços na história dos deficientes, mas na questão da inclusão escolar, ainda há um longo caminho. Desse modo entende-se que a inclusão dos alunos com deficiência física na escola regular necessita de mudanças e adequações do espaço físico para melhor atender às

essas crianças e otimizar a aprendizagem. Além de mudanças estruturais, temos também a necessidade de ampliar a visão sobre o Profissional apoio.

Tanto as atribuições quanto ao perfil contido na Lei Brasileira de Inclusão, são vagas e imprecisas deixando subentendido que mesmo atuando no ambiente da educação formal, a sala de aula e o papel do profissional de apoio não se estende à parte pedagógica no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência, no caso específico neste estudo, deficiência física está voltado para atividades com foco na alimentação, higiene, locomoção, enfim no cuidado como um todo.

No entanto a realidade se mostrou bem diferente, pois na atuação prática o profissional auxilia no ensino dos conteúdos escolares, na realização das atividades propostas e na confecção dos materiais pedagógicos adequados. Apesar das diretrizes políticas não incluírem profissional de apoio que atua na escola regular no campo pedagógico, a realidade das salas de aula e das escolas que atendem alunos com deficiência mostra o contrário, pois retrata a complexidade e amplitude que precisa ser discutido e pesquisado.

É uma questão muito séria, pois, a atuação desses na prática tem ultrapassado a barreira do cuidar, previsto na legislação. O estudo contemplou uma amostra, mas podemos nos perguntar quantas escolas se organizam da forma demonstrada e as que não o fazem como se organizam? Diante desse quadro não se pode deixar de apontar a precária condição de trabalho dos profissionais de apoio. O relato paralelo ao estudo evidenciou a ausência de proposições governamentais para regularização do cargo no sistemas estaduais e municipais, indefinição e sobreposição de atribuições e também quanto à formação.

No entanto cumpre-nos ressaltar que a oferta do profissional e ou estagiário/ apoio é um avanço, uma conquista importante em prol da concretização da educação inclusiva, pois o estagiário/profissional apoio tem sido figura importante na inclusão escolar, sendo ele que acolhe, acompanha e cuida dos alunos com deficiência na escola regular.

7 – REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria. Salette.Fábio. (2001). **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, nº 21, 2001. p. 160- 173, mar. 2001. Disponível em: <http://www.anpt.org.br/attachments/article/2732/Revista%20MPT%20-%20Edi%C3%A7%C3%A3o%2021.pdf> –acesso em 07/2020

BRASIL. **Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da educação e cultura. Brasília 1961. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.024%2C%20DE%20,e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional>.acesso em 06/2020

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil** — texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas Emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. acesso em 06/2020

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. 9ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: http://www.famasul.edu.br/2015/arquivos_pdf/106.pdf. Acesso em: 06/2020.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**. Brasília: MEC/Seesp, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 07/2020.

_____. **LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm acesso em 0/2020

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm acesso em 06/2020

_____. Lei 13005/2014- Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providências disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025,Art. Acesso em 08/2020

Declaração de Salamanca
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>
Acesso em 07/2020

Declaração universal dos direitos humanos
<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos>.acesso em 06/2020

FIGUEIRA, E. **Caminhando no silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil. 1.ed. São Paulo: Giz, 2008.

GARGHETTI, F.C.; MEDEIROS J.G.; NUERNBERG ,A. H., **Breve História da Deficiência Intelectual** -Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID), 10, Julio, 2013, 101-116-Disponível em <https://nedef.paginas.ufsc.br/files/2017/10/Breve-hist%C3%B3ria-da-defici%C3%Aancia-intelectual.-1.pdf> acesso em 09/2020

GAUDENZI, P; ORTEGA, F. **Problematizando o problema da deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade**, Rio de Janeiro, jun. 2016 Disponível em :

<https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3061.3070pdf> acesso em 07/2020

PEREIRA, J. A.; SARAIVA, J. M. **Trajetória histórico social da população deficiente:: da exclusão a inclusão social**. **SER Social**, v. 19, n. 40, p. 168-185, 20 set. 2017.

Disponível em:

https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677 acesso em 09/2020

PESSOTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. 4. ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

TENÓRIO, L. L.A.; SANTOS, E.F.dos; BRITO, A. M.S.; SOUZA, J. C.S.de. **O papel do profissional de apoio no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física**. *Educação Pública*, v. 19, nº 20, 10 de setembro de 2019.

Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/20/o-papel-do-profissional-de-apoio-no-processo-de-inclusao-escolar-de-alunos-com-deficiencia-fisica> acesso em 10/2020